

Aumento de contribuição revolta servidores

Funcionários fazem contas do impacto de medida e acusam governo de artifício para cortar salários

SANDRA SATO

BRASÍLIA - Os servidores públicos estão indignados com pacote do governo Fernando Henrique Cardoso, mas com medo de reagir e acabar perdendo o emprego. A desmobilização da categoria fez com que a Esplanada dos Ministérios amanhecesse ontem como se fosse um dia qualquer de trabalho, sem manifestações de protesto. Apenas reclamações em voz baixa.

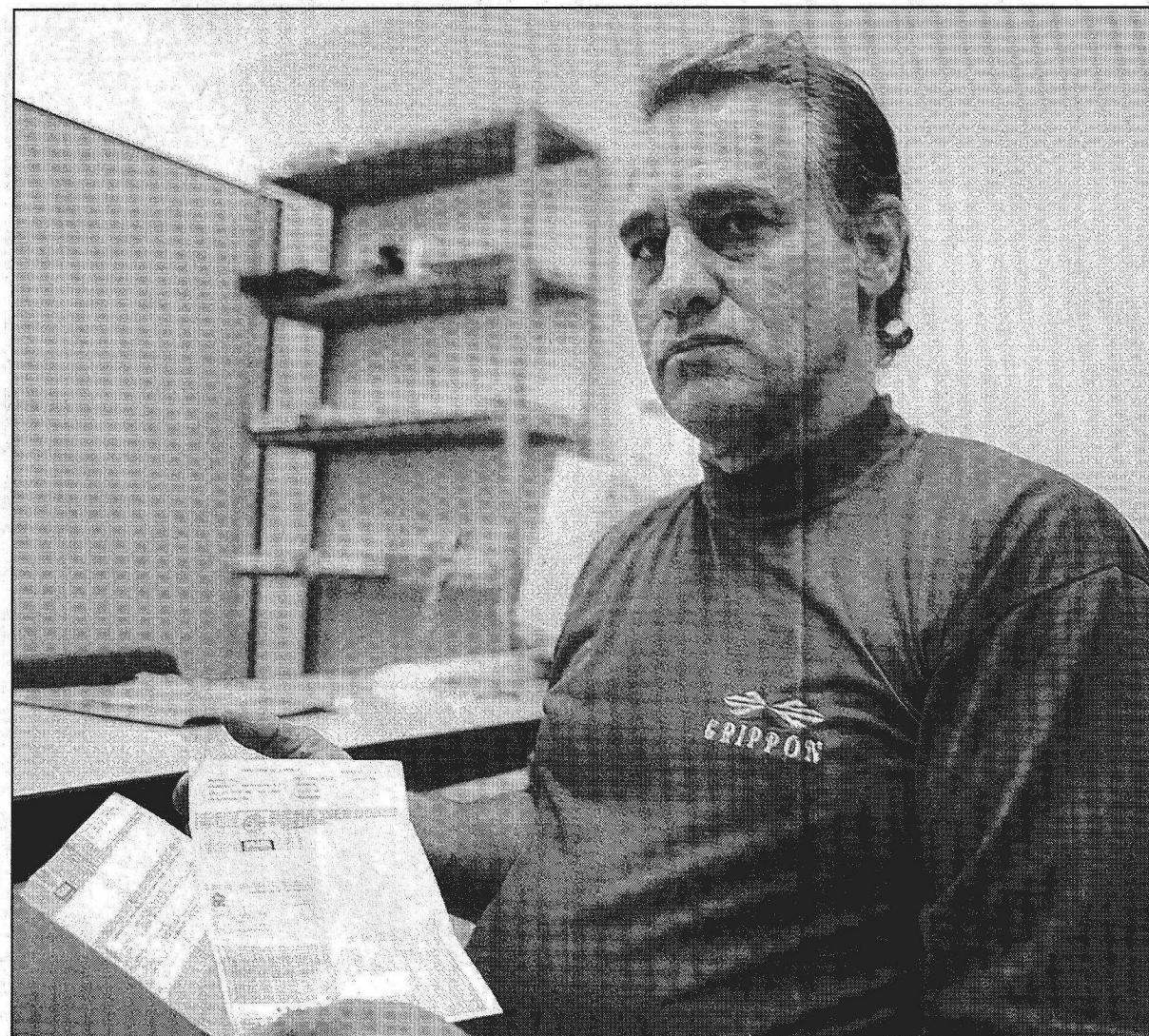
“Sou funcionária pública, não posso fazer comentários”, reagiu uma servidora com mais de 40 anos de serviço, que já se aposentou, mas continua no governo. Pelas contas que fez para verificar o impacto do aumento da contribuição previdenciária, a mulher concluiu que precisará demitir sua empregada doméstica e fazer ela mesma o serviço da casa. A servidora avaliou ainda que as compras de mercado terão de sofrer mais cortes.

O aposentado Jandir Gonçalves não escondeu sua irritação. “Isso é perseguição; tudo o que não presta é culpa do funcionário público”, desabafou o ex-telefonista do Ministério do Exército. Ele reclamou de ter de desembolsar mais R\$ 97,40 mensais, “depois de passar 35 anos contribuindo para a Previdência”. Esse dinheiro a menos no orçamento familiar do aposentado vai impedir que ele pague pelo aparelho para corrigir os dentes da filha.

Gonçalves foi um dos que ontem procuraram o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, para saber se o Sindesep entrará com ação na Justiça contra o pacote do governo. O diretor do sindicato, Antônio Borges, explicou que, se o Congresso deixar passar o aumento de descontos previdenciários, o Sindesep entrará no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) com ação de constitucionalidade contra o governo. “Sem receber reajuste há quatro anos e com os aumentos de descontos, os salários serão reduzidos”, avisou.

O assessor da Câmara, Carlos Braga, fez as contas e garante que para pagar a aposentadoria de um servidor bastaria que o governo usasse apenas a metade do valor dos juros incidentes sobre a contribuição que ele fez à Previdência nos 35 anos de serviço. “Querer cobrar de novo é um roubo”, afirma o assessor. Braga perderá R\$ 200 de seu salário com as medidas de ajuste do governo. Dinheiro, segundo ele, suficiente para fazer a compra do mês. O ajuste custará a Braga o adiamento de seus planos de voltar a fazer faculdade no próximo ano.

O ex-diretor do Sindicato dos Servidores do Legislativo Ronaldo Rodrigues da Silva estima que 46% de seu salário ficará com o governo ao somar os descontos previdenciários, o Imposto de Renda e os 0,38% sobre cheques da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “O governo conseguiu um artifício para cortar indiretamente os salários dos servidores”, acusa. Ele prevê que terá de evitar gastos com lazer e alimentação para manter os filhos em escola particular.



Lindauro Gomes/AE

O aposentado Jandir Gonçalves: “Isso é perseguição; tudo o que não presta é culpa do funcionário público”